

Estado celebra na capital 40 anos de existência do Fundo de Solidariedade

Fundado no dia 27 de março, o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado (Fussesp) comemorou seus 40 anos na semana passada. A solenidade teve caráter ecumênico e foi realizada no Parque da Água Branca, na capital. Na oportunidade, foram homenageadas a sua presidente, Mônica Serra, e as outras 11 ex-presidentes do Fundo, que a antecederam na função.

O Fussesp foi criado em 1968 pelo governador Roberto Costa de Abreu Sodré, para prestar assistência a pessoas necessitadas. Sua primeira sede foi no Palácio dos Campos Elíseos. Em 1980, mudou-se para o Parque da Água Branca.

Em maio de 1983, o governador André Franco Montoro ampliou a área de atuação. E a entidade passou a dar apoio técnico-financeiro para os fundos sociais dos municípios paulistas.

Hoje, o Fussesp também investe em projetos voltados à geração de trabalho e renda, educação, saúde, lazer, esportes e atividades complementares que possam beneficiar crianças, jovens e idosos. Na região metropo-

Criado para oferecer assistência a pessoas necessitadas, Fussesp também apoia municípios e investe na geração de emprego, renda e cultura

litana de São Paulo conta com a participação de entidades sociais para o desenvolvimento de atividades e distribuição de doações.

Em 1983, o nome mudou para *Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo*, e em abril do ano passado, foi novamente rebatizado, agora como *Fundo de Desenvolvimento Social e Cultural do Estado*.

Estrutura – O Fussesp é dirigido por um conselho deliberativo formado por sete integrantes, com mandato de dois anos, e está vinculado à Secretaria Estadual da Casa Civil. Os recursos financeiros da entidade são provenientes do setor público e de doações de materiais inservíveis, que são leiloados para a geração de receita própria. Esta é revertida em benefício da assistência e desenvolvimento das comunidades.

Rogério Silveira
Da Agência Imprensa Oficial



Solenidade realizada no Parque da Água Branca, na capital, teve caráter ecumênico

Bandeirante doa aquecedores solares para moradias da CDHU

A Bandeirante Energia doará aquecedores solares para 4,8 mil moradias construídas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), ligada à Secretaria de Estado da Habitação. Protocolo de cooperação assinado pelas duas instituições, no dia 28 de março, tem como objetivo unir esforços para reduzir o consumo de energia elétrica em conjuntos habitacionais entregues pela CDHU.

Os equipamentos serão instalados nos municípios atendidos pela Bandeirante. Os termos do protocolo estão em conformidade com o *Programa de Eficiência Energética (PEE)* da Bandeirante e com a regulamentação estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O documento prevê também a substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas, de alta eficiência energética. Isso deve diminuir o consumo durante o horário de pico do sistema elétrico.

Caráter educacional – A empresa assumirá todos os custos do projeto e servi-

ços de instalação, sem repasse de nenhum custo aos moradores. O prazo para a conclusão dos trabalhos é de quatro anos.

As construções adotadas recentemente pelo governo do Estado incluem aquecedores solares, ao lado de outras melhorias como o terceiro dormitório, revestimentos em pisos e azulejos, muro divisório, laje e pé-direito ampliado para 2,6 metros.

A parceria Bandeirante/CDHU tem, também, caráter educacional. Fazem parte do programa ações de conscientização e de orientação sobre o uso eficaz e seguro de energia elétrica. Serão enfatizadas as medidas que visam a reduzir o valor da fatura dos consumidores.

O sistema de aquecimento solar possui dois componentes básicos: o coletor e o reservatório térmico. O coletor é instalado sobre o telhado e absorve o calor, aquecendo a água que circula em seu interior. A água aquecida é armazenada no reservatório, que varia de tamanho conforme a necessidade de consumo, e então é destinada exclusivamente para o banho. O sistema possibilita queda significativa do consumo de energia elétrica.

Da Assessoria de Imprensa da CDHU



No telhado, o coletor absorve o calor e aquece a água que é armazenada no reservatório

CPTM aprova plano de ação para reduzir atropelamentos

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) adotou plano de ação para diminuir o número de atropelamentos nas suas linhas. Há medidas imediatas, de curto e médio prazos. Um estudo mapeou os pontos críticos localizados em trechos das linhas A (Luz – Francisco Morato), B (Júlio Prestes – Itapevi) e F (Brás – Calmon Viana) – estes com maior incidência –, além das linhas E (Luz – Estudantes) e D (Luz – Rio Grande da Serra).

Entre as principais ações, focadas nos locais que concentram 80% das ocorrências, estão construção e fechamento de muros, instalação de passarelas, intensificação das rondas de segurança, colocação de placas de advertência, orientação de usuários nas plataformas, além de palestras nas escolas e reuniões com as comunidades.

Neste ano, os números de vítimas de atropelamentos indicam uma tendência indesejável, depois de ter ocorrido redução das ocorrências desde 2005 (*veja abaixo*). Foi também para reverter essa situação que a companhia aprovou as medidas.

Do total de 338 atropelamentos registrados desde 2005, 80% ocorreram nas linhas A, B e F. Na primeira, os trechos mais críticos são entre Franco da Rocha e Baltazar Fidelis (11 ocorrências) e entre Francisco

Morato e Botujuru (oito). Os pontos com maior incidência na Linha B são entre Júlio Prestes e Barra Funda (sete casos), Osasco e Comandante Sampaio (seis) e entre Barra Funda e Lapa (quatro ocorrências). A Linha F tem como locais mais perigosos os trechos entre São Miguel Paulista e Itaim Paulista (dez ocorrências), Comendador Ermelino e São Miguel (oito) e entre Itaquaquecetuba e Aracaré (sete).

Passarelas – O valor dos investimentos na construção e recomposição de muros e na instalação de plataformas é de R\$ 10,4 milhões. Somente na Linha A, serão edificadas 17 quilômetros de muros, além de 500 metros quadrados de buracos a reconstituir. A Linha F terá 1,1 quilômetro de muros novos e 50 metros quadrados para vedação. Na Linha B, serão 63 metros de muros a construir, mais 78 metros quadrados para recompor.

O plano de ação estabelece a construção de três passarelas: uma entre Jaraguá e Perus (Linha A), uma entre Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (Linha D) e outra entre Guianases e Antônio Gianetti (Linha E). Essas obras consumirão cerca de R\$ 2 milhões.

Da Assessoria de Imprensa da CPTM

O perigo sobre os trilhos

Atravessar as vias férreas – o que é proibido – significa colocar a vida em grave risco. Quando o maquinista percebe que há uma pessoa na via, demora em média dois segundos para conseguir reagir, ou seja, buzinar e acionar o botão de frenagem máxima (freios de emergência).

O trem é uma máquina de aproximadamente 350 toneladas, correndo sobre rodas de ferro em atrito com trilhos de ferro. Por isso, mesmo que a composição esteja a 40 quilômetros por hora (velocidade para adentrar a plataforma), não irá parar antes de percorrer cerca de 150 metros. Vale lembrar que a velocidade máxima da CPTM é de 90 quilômetros por hora.

Balanco de atropelamentos (fatais e não-fatais)

LINHA	2005	2006	2007	2008 (*)	TOTAL
A	38	42	23	10	113
B	29	30	22	7	88
C	–	–	2	0	2
D	10	8	5	4	27
E	17	15	4	2	38
F	29	13	22	6	70
TOTAL	123	108	78	29	338

(*) Dados obtidos até 25 de março
(Fonte: CPTM)